

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.061 - PR (2019/0301054-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : WILLIAN CESAR DA SILVA  
**ADVOGADO** : WILLIAN CÉSAR DA SILVA - PR076344  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : NATA SABINO DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de NATA SABINO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Revisão Criminal n. 0032508-17.2019.8.16.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 8 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, em concurso material (e-STJ fls. 68/90).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 91/114), sobrevivendo o trânsito em julgado da condenação.

Após, a defesa ajuizou revisão criminal no Tribunal *a quo*, a qual foi julgada improcedente (e-STJ fls. 129/132), em acórdão assim ementado:

*REVISÃO CRIMINAL – TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO E DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA (ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006 E ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO IV, DA LEI Nº 10.826/03) – DETRAÇÃO – ART. 387, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – REQUERENTE PRESO EM FLAGRANTE QUANDO MANTINHA EM DEPÓSITO COCAÍNA – SUBSTÂNCIA ALTAMENTE NOCIVA – CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO QUE RECOMENDAM O INÍCIO DE CUMPRIMENTO DA PENA EM REGIME MAIS GRAVOSO – REVISÃO CRIMINAL*

# Superior Tribunal de Justiça

CONHECIDA E JULGADA IMPROCEDENTE.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/19), o impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve o regime inicial fechado sem fundamentação idônea. Afirma que apenas uma vetorial foi considerada desfavorável no exame das circunstâncias judiciais, o que não impede o estabelecimento de regime prisional mais brando, além de não ter sido observada a regra da detração prevista no § 4º do art. 387 do Código de Processo Penal.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a alteração do regime prisional para inicial semiaberto.

É o relatório. **Decido.**

Inicialmente, o Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, como forma de racionalizar o emprego do *habeas corpus* e prestigiar o sistema recursal, não admite a sua impetração em substituição ao recurso próprio.

Cumprе analisar, contudo, em cada caso, a existência de ameaça ou coação à liberdade de locomoção do paciente, em razão de manifesta ilegalidade, abuso de poder ou teratologia na decisão impugnada, a ensejar a concessão da ordem de ofício. Nesse sentido, a título de exemplo, confirmam-se os seguintes precedentes: STF, HC n. 113890, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 3/12/2013, publicado em 28/2/2014; STJ, HC n. 287.417/MS, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Quarta Turma, julgado em 20/3/2014, DJe 10/4/2014 e STJ, HC n. 283.802/SP, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014.

Na espécie, embora o impetrante não tenha adotado a via processual adequada, para que não haja prejuízo à defesa do paciente, passo à análise da pretensão formulada na inicial, a fim de verificar a existência de

# Superior Tribunal de Justiça

eventual constrangimento ilegal.

Acerca do rito a ser adotado, as disposições previstas nos arts. 64, III, e 202 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do Relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores ou a contrária (AgRg no HC n. 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe 22/04/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018 e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, *uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do habeas corpus constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de habeas corpus apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental* (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, *longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*princípio, já é conhecido* (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, *para conferir maior celeridade aos habeas corpus e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do writ antes da ouvida do Parquet em casos de jurisprudência pacífica* (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

Possível, assim, a análise do mérito da impetração, já nesta oportunidade.

Busca-se, em síntese, o reconhecimento de constrangimento ilegal no estabelecimento do regime inicial fechado.

No caso, o Tribunal *a quo* manteve o regime prisional estabelecido na sentença, conforme segue (e-STJ fls. 595/596 - grifei):

*Alega o requerente que o conteúdo da sentença é contrário ao texto da Lei, tendo em vista a ausência de análise da detração penal prevista no § 2º, do art. 387, do CPP (com a redação dada pela Lei nº 212.736/12). Sustenta que caso tivesse sido realizado o desconto do período em que permaneceu provisoriamente preso, já poderia ele ter iniciado o cumprimento da pena em regime inicial semiaberto.*

*Inicialmente, importante consignar que a constitucionalidade do instituto da detração e a competência do juízo da fase de conhecimento para a análise da matéria se encontram decididas neste Tribunal de Justiça, pelo colendo Órgão Especial, conforme o seguinte julgado:*

**INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ALEGADA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 12736/2012, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 387 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, ESTABELECENDO, EM SEU § 2º, QUE "O TEMPO DE PRISÃO PROVISÓRIA, DE PRISÃO ADMINISTRATIVA OU DE INTERNAÇÃO, NO BRASIL OU NO ESTRANGEIRO,**

SERÁ COMPUTADO PARA FINS DE DETERMINAÇÃO DO REGIME INICIAL DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE". INSTITUTO QUE NÃO SE CONFUNDE COM A DETRAÇÃO, DISCIPLINADA NO ARTIGO 42 DO CÓDIGO PENAL, TAMPOUCO COM A PROGRESSÃO DE REGIME, AMBAS DE ANÁLISE AFETO AO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, JUIZ NATURAL E INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA. PRECEDENTES. IMPROCEDÊNCIA DO INCIDENTE. (TJPR - Órgão Especial - IDI - 1064153-1/01 - Sertanópolis - Rel.: Maria José de Toledo Marcondes Teixeira - Unânime Julgado em 18.08.2014).

Logo, a detração prevista no Código de Processo Penal deve ser realizada na fase de conhecimento com o objetivo de definir o regime inicial para cumprimento da pena.

É bem verdade que a sentença restou equivocada em deixar a cargo do juízo da execução a análise da matéria. A propósito, confira-se a fundamentação lançada no decisor:

*Detração Penal (art. 42 do CP e art. 387; 529 do CPP). Deixo de efetivar a detração penal nesse momento, uma vez que a execução penal se mostra como o momento mais adequado para conceder o referido benefício e os demais previstos na Lei nº 7.210/1984, bem assim tendo em vista a inexistência de certidão exata nos autos quantos aos dias em que permaneceu preso e o comportamento carcerário.*

No entanto, ainda que o momento oportuno para a análise da regra disciplinada no § 2º, do art. 387, Código de Processo Penal, seja, de fato, o momento da prolação da sentença condenatória, inviável, no caso dos autos, o estabelecimento de regime inicial mais brando.

Ocorre que se a detração não importar em alteração do regime prisional, aí sim tal operação deve ser deixada a cargo do juízo da execução.

No caso dos autos, por mais que a dedução do tempo de prisão preventiva conduza o da pena para patamar inferior a oito anos de reclusão, verifica-se a existência de circunstância quantum que obsta a medida.

Isso acontece porque o da pena não é o único fator determinante da avaliação do quantum regime de cumprimento de pena mais adequado ao caso concreto.

Ao avaliar as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59, do Código Penal, em relação ao delito de tráfico de drogas, a Magistrada singular valorou negativamente a natureza da droga, com respaldo na seguinte fundamentação:

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Tendo em vista que a Lei nº 11.343/2006 estabelece circunstâncias judiciais diversas daquelas previstas no artigo 59 do Código Penal, necessário neste momento considerar também o disciplinado artigo 42 da Lei nº 11.343/2006. Em relação à natureza da droga tratando-se de "cocaína" uma das substâncias apreendidas, a qual possui maior efeito deletério à saúde e viciante em comparação com outras drogas, entendo que deve ser considerada desfavorável esta circunstância judicial. Considerando a quantidade da substância apreendida, não se justifica a valoração negativa desta circunstância judicial no caso dos autos, tendo em vista que não extrapolou a normalidade de apreensões realizadas nesta Comarca.*

*E escolheu o regime inicial de cumprimento de pena nos seguintes termos:*

*Do Regime Inicial de Cumprimento de Pena. Considerando o quantum de pena fixada, bem assim a primariedade do acusado e a existência de condições judiciais desfavoráveis, fixo o regime fechado (art. 33, 529, "a", CP) para início do cumprimento da pena privativa de liberdade.*

*Ressalte-se que o ora recorrente foi flagrado quando mantinha em depósito aproximadamente 0,020 kg da substância conhecida como "cocaína", acondicionada em 08 (oito) invólucros plásticos, e aproximadamente 0,017 kg de "maconha", acondicionada em 05 (cinco) invólucros, além da quantia em espécie de R\$ 40,00 (quarenta reais), dividida em notas de R\$ 10,00 (dez reais) e R\$ 5,00 (cinco reais). Ademais, possuía em sua residência, 01 (uma) arma de fogo de uso permitido com numeração de série aparente suprimida, consistente em um revólver calibre 38, marca Taurus, com capacidade para 6 (seis) tiros, assim como 06 (seis) munições intactas, do mesmo calibre.*

*Considerando todas as circunstâncias que envolvem o delito, conclui-se pela existência de elementos que justificam uma reprovabilidade acentuada da conduta.*

*Com efeito, o § 3º, do art. 33, do Código Penal, autoriza que o condenado cumpra pena no regime mais gravoso quando valorada negativamente alguma das circunstâncias judiciais negativas.*

*Confira-se:*

*Art. 33 -A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

[...]

*§ 3º-A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.*

*Nesse sentido:*

*Nos termos do art. 33, §§ 1º, 2º e 3º, do Código Penal, para a fixação do regime inicial de cumprimento de pena, o magistrado deverá observar a quantidade da reprimenda aplicada, a eventual existência de circunstâncias judiciais desfavoráveis. Ademais, na esteira da jurisprudência desta Corte, admite-se a imposição de regime prisional mais gravoso do que permite a pena aplicada, desde que apontados elementos fáticos demonstrativos da gravidade concreta do delito, tal como na espécie, notadamente diante da manutenção da circunstância judicial negativa na primeira fase da dosimetria. (AgRg no HC 330.020/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).*

*Por consequência, conclui-se que o regime fixado na sentença (regime fechado), se mostra adequado e recomendável ao caso dos autos, dada a gravidade concreta da conduta do ora recorrente.*

Extrai-se das transcrições supra que o aproveitamento do tempo de prisão provisória para efeito de estabelecimento do regime inicial seria irrelevante na hipótese dos autos, tendo em vista que a pena do paciente permaneceria em patamar superior a 4 e que não excede 8 anos de reclusão. Além disso, constata-se que o regime inicial fechado, mais gravoso que a pena aplicada comporta, foi estabelecido e mantido com base na existência de circunstância judicial negativada, o que justifica o recrudescimento, na esteira do disposto no art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

Nesse sentido, segue a firme jurisprudência desta Corte:

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. QUANTIDADE, VARIEDADE E NATUREZA DOS ENTORPECENTES. QUANTUM DESPROPORCIONAL. READEQUAÇÃO. MAJORANTE DO ART. 40, VI, DA LEI N. 11.343/2006.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

AFASTAMENTO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DE ÍNDICE DE AUMENTO EM 1/3. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. REDIMENSIONAMENTO À FRAÇÃO MÍNIMA (1/6). REGIME PRISIONAL. CIRCUNSTÂNCIAS DESFAVORÁVEIS. MODO FECHADO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO. FALTA DO PREENCHIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO. DETRAÇÃO. PERÍODO IRRELEVANTE. MANIFESTA ILEGALIDADE PARCIALMENTE VERIFICADA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. Hipótese em que, embora tenham sido apresentados fundamentos válidos para o agravamento da pena básica (quantidade, variedade e natureza dos entorpecentes apreendidos), mostra-se desproporcional o aumento em 4 anos acima do mínimo legal, quando favoráveis as demais circunstâncias judiciais, sendo, portanto, suficiente a exacerbação em 2 anos e 6 meses de reclusão, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006.

[...]

6. O regime inicial fechado é o adequado para o cumprimento da pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em razão da aferição negativa das circunstâncias judiciais, que justificaram o aumento da pena-base, nos termos do art. 33, §§ 2º e 3º, do Código Penal.

7. Mostra-se, no caso, irrelevante a detração do período de prisão cautelar, nos termos do art. 387, § 2º, do CPP, pela presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. Precedente.

8. É inadmissível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito, diante da falta do preenchimento do requisito objetivo (art. 44, I, do Código Penal).

9. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reduzir a pena-base e a fração da causa de aumento do art. 40, VI, da Lei de Drogas, resultando a reprimenda final do paciente em 5 anos e 10 meses de reclusão mais pagamento de 583 dias-multa, mantido o regime fechado. (HC 488.301/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe 30/4/2019).

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DOSIMETRIA. REGIME PRISIONAL. DETRAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. AGRAVO



# Superior Tribunal de Justiça

## DESPROVIDO.

1. Ainda que descontado o tempo de prisão provisória, a presença de circunstância judicial desfavorável e o quantum da pena justificam a fixação do regime inicial fechado, nos termos do art. 33 c/c o art. 59, ambos do Código Penal - CP. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 502.333/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 3/6/2019)

Portanto, a pretensão formulada na presente impetração encontra óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, revelando-se manifestamente improcedente.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do STJ, **não conheço** do *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator